



CONSIDERAÇÕES INTERSECCIONAIS NA PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

Giovanna Caroliny Oliveira Nicolau¹

Assistente de Pesquisa no Stereotypes, Identity and Belonging Lab da Universidade de Washington (SIBL/UW)

Pablo de Assis²

Professor no Centro Universitário UniDomBosco (UniDBSCO) e na Universidade Positivo (UP).

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a aplicação da técnica de Comunicação Não-Violenta (CNV) em contextos interseccionais, considerando questões de raça, classe e gênero. Para isso, o estudo se baseia em uma revisão de literatura com autores como Paulo Freire, bell hooks, Angela Davis e Aime Césaire. A análise aponta que a CNV pode ser limitada por questões sociais e culturais que afetam as relações interpessoais e, assim, apresentar-se como uma técnica que reforça a violência colonizadora. É necessário reconhecer as diferenças entre as pessoas e levar em conta suas experiências sociais para promover uma comunicação mais empática e inclusiva. O estudo inclui a importância da interseccionalidade na prática da comunicação; os desafios para aplicação da técnica em contextos interseccionais; e as possibilidades de transformação social por meio da comunicação descolonizada, que pode ser uma ferramenta importante para promover mudanças sociais significativas, desde que seja aplicada com sensibilidade às questões interseccionais.

Palavras-chave: Comunicação Não-Violenta; capitalismo; opressão; interseccionalidade; colonização.

INTERSECTIONAL CONSIDERATIONS ABOUT THE PRACTICE OF THE NON-VIOLENT COMMUNICATION TECHNIQUE

Abstract: This article aims to analyze the application of the Nonviolent Communication (NVC) technique in intersectional contexts, considering issues of race, class, and gender. The study is based on a literature review with authors such as Paulo Freire, bell hooks, Angela Davis, and Aime Césaire. The analysis points out that NVC can be limited by social and cultural issues that affect interpersonal relationships and, thus, presents itself as a technique that reinforces colonizing violence. It is necessary to recognize the differences between people and consider their social experiences to promote more empathetic and inclusive communication. The study includes the importance of intersectionality in communication practice; the challenges for applying the technique in intersectional contexts; and the possibilities of social transformation through decolonized communication, which can be an important tool to promote meaningful social change, provided that it is applied sensitively to intersectional issues.

¹ Pós-graduada em Educação Social e Cidadania pela Universidade Cesumar (UniCesumar). gcon99@outlook.com.

² Doutorando em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (PPG-Psi/UFPR). Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). pablo.deassis@gmail.com.



Keywords: Non-Violent Communication; capitalism; oppression; intersectionality; colonization.

INTRODUÇÃO

Pensar a técnica da Comunicação Não-Violenta (CNV) a partir da perspectiva de seu autor como uma comunicação que leva a “nos entregarmos de coração, ligando-nos a nós mesmos e aos outros de maneira tal que permite que nossa compaixão natural floresça” (ROSENBERG, 2006, p. 23) instiga a pensar sobre como essa técnica é trazida para o sistema capitalista e perpetuada, pelas lentes de raça, gênero e classe. O nome dado por Marshall B. Rosenberg possibilita pensar que aquilo fora do campo da CNV pode ser entendido como uma comunicação violenta que, segundo o próprio autor, é uma linguagem pautada em palavras julgadoras que dificultam a aproximação entre pessoas (ROSENBERG, 2019a, p. 29). Desta forma, a binariedade entre classificar o que é Comunicação Não-Violenta e Violenta permeia as formas de comunicações sociais, que são processos de aprendizagem nos quais pessoas são ensinadas a se expressarem com e sem julgamentos. Se as pessoas têm a forma de linguagem julgadora ou violenta, a tendência é se afastar do coração e abraçariam uma relação mútua de entrega e compaixão, segundo o próprio autor (ROSENBERG, 2006, p. 22), e tendem a se aproximar quando não são violentas ou julgadoras.

Segundo a CNV, a insatisfação de atendimento das necessidades gera julgamentos, sendo necessidades definidas por Rosenberg (2019b) como “recursos exigidos pela vida para que esta possa se sustentar” (ROSENBERG, 2019b, p. 15). Exemplos disso são: se tem fome, sua necessidade é de comer; se está cansado(a), há necessidade de sono ou descanso. Rosenberg afirma haver necessidades em comum para todas as pessoas, pois são universais, ou seja, todos os seres humanos têm as mesmas necessidades em graus de importância diferentes a cada momento, e elas são transmitidas através de quaisquer mensagens emitidas. Rosenberg também alega que toda mensagem é uma expressão de uma necessidade



(ROSENBERG, 2019b, p. 18) e com a identificação e satisfação, pode-se conectar e se aproximar das outras pessoas.

Dito isso, há a possibilidade de construção de um pensamento crítico em relação à CNV, tanto em relação à maneira compreendida como comunicação sem violência e como é postulada para que sua prática seja desta forma. Haja vista que esse pensamento crítico é relacionado à prática dentro da sociedade, olhar a CNV pela perspectiva social, de raça, de classe e de gênero poderá promover a discussão que violência não se dá apenas por julgamentos e necessidades não atendidas pela maioria das pessoas. Analisar de forma ampla a Comunicação Não-Violenta deriva do processo de como esta foi cunhada e quais suas bases teóricas que atravessam os espaços interseccionais da sociedade de base capitalista e “segregadora”.

Isto implica reconhecer quem, com quem e a serviço de qual objetivo está se comunicando, pois mesmo uma comunicação sem julgamentos, dependendo do emissor e do receptor, pode servir para silenciar uma revolta que, naquele momento, está servindo para comunicar uma grande opressão ou injustiça, sem que isso provoque a mudança necessária. Para tal, o presente artigo propõe-se a apresentar as reflexões acerca da prática da CNV voltadas para as discussões interseccionais de gênero, raça e classe através de uma revisão de literatura de Paulo Freire, bell hooks, Angela Davis, Aime Césaire e outros que publicam estudos voltados à decolonialidade, para responder a como seria uma comunicação sem violência considerando as diversas populações e sistemas contidos dentro do sistema capitalista.

COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA COMO COMUNICAÇÃO VIOLENTA

Provocar o pensamento crítico a respeito de um tema, faz parte da proposta de bell hooks (2010, p. 17) em sua trilogia de livros (*Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*, *Ensinando a Transgredir* e *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*) em educação quando pensar e repensar sobre um tema para expandi-lo e ver suas perspectivas e ramificações, partindo da crítica para discussões sobre o mesmo é



necessário. A autora traz a necessidade de construção de um pensamento decolonizado quando a sociedade colonizadora impõe barreiras a uma transformação política (HOOKS, 2013, p. 68) para, assim, as pessoas deixarem de ser objetos e passarem a ser conscientizados de seu processo de libertação (FREIRE, 2011, p. 22). Hooks vincula sua trilogia ao pensamento de Paulo Freire (2011, p. 16) para possibilitar o reconhecimento das problemáticas dentro das sociedades colonizadoras, o que, desta forma, os autores deste artigo a usaram para reconhecer as lacunas da técnica da CNV que, quando aplicada por opressores/colonizadores, pode transformar-se em uma prática voltada à violência em vez de não-violência.

Deste ponto, é mister partir do pressuposto de algumas características estruturais para contemplar a revisão da CNV. Uma delas é justamente onde a CNV foi criada: nos Estados Unidos da América. Trazendo sua base histórica, social e cultural, temos diversos sistemas que compõem o sistema capitalista imperialista deste país, onde há inúmeras possibilidades para dominar as populações oprimidas em detrimento de populações dominantes (PENIDO & STÉDILE, 2021, pp. 38-39). Aimé Césaire (1978, p. 10) corrobora o exposto ao comentar que a civilização ocidental falha ao não conseguir resolver os problemas do colonialismo e do proletariado, e se utiliza de ferramentas para manutenção destes sistemas. Desta forma, apontar a criação da Comunicação Não-Violenta em um país caracterizado como imperialista (HEREDIA, 2007, *apud* PENIDO & STÉDILE, 2021, p. 38), possibilita identificar o perigo de que a mesma técnica seja usada em outros países, pois pode-se desconsiderar a historicidade, cultura e sociedade de cada um, tornando um processo homogêneo (HOOKS, 2019, pp. 40-41)

A ausência de análise e adaptação da técnica para cada sociedade implicaria o princípio da homogeneidade, que está alinhado ao discurso de que todas as pessoas são iguais. Essa ideia influencia um dos pressupostos de Rosenberg (2019a, p. 27) que a CNV é a mesma para todas as pessoas. Porém, este processo exclui as realidades culturais e como estão sendo vividas por cada população contida em sociedades, como o caso de pessoas



marginalizadas e oprimidas, perpetuando o próprio sistema imperialista e capitalista de colonização. Assim como, Césaire (1978) expõe que

Ninguém colonializa inocentemente, que tampouco ninguém colonializa impunemente; que uma nação que Colonializa, que uma Civilização que justifica a colonização e, portanto, a força, já é uma civilização enferma, moralmente ferida, que irresistivelmente, de Consequência em consequência, de negação em negação, é que chama a seu Hitler, quero dizer, seu Castigo. (CÉSAIRE, 1978, p. 22).

A colonização e o imperialismo são precursores da catástrofe (Césaire, 1978, p. 58) ao esvaziarem as populações não ocidentais e marginalizadas – por exemplo, indígenas – em detrimento dos próprios interesses desenvolvimentistas e capitalistas, arruinando desta forma, as diversidades das populações pela imposição de técnicas e outras ferramentas psicológicas para que as pessoas se comuniquem à medida que continuam estruturando os sistemas de dominação (NICOLAU & ASSIS, no prelo). Ortegá (2018) apresenta este processo ao dizer que

Nesse processo é possível, então, matizar as realidades nacionais muitas vezes tratadas de forma homogênea, de modo que os países dominantes se revelam marcados por desigualdades diversas. Isto significa que, além das desigualdades de classe, outros processos são responsáveis por desigualar e assujeitar determinados indivíduos e grupos, por meio da raça, da etnicidade, do gênero e outros. (ORTEGAL, 2018, p. 3).

Desta forma, o autor corrobora a citação acima sobre a prática da CNV, segundo a qual para que ela aconteça e cumpra seu objetivo de aproximar pessoas, é importante reconhecer as diferenças entre culturas, populações e histórias, para que não se torne homogêneo, e que a heterogeneidade cultural e contextual das populações seja entendida. Com isso, traz-se Freire quando ele comenta que o processo de conscientização para essas diferenças (culminando em sua libertação) deve ser feito por oprimidos a partir do reconhecimento da sua realidade e não feito por opressores (FREIRE, 2011, p. 22). Isto advém da reflexão de Paulo Freire (2011, p. 22) quando existe uma transformação para libertação que parte de interesses de opressores, promove uma “falsa generosidade” ou objetos para o humanitarismo de opressores.



Ou seja, os oprimidos precisam ser o motor da ação libertadora (FREIRE, 2011, p. 19) e, para isso, reconhecer que não detém os privilégios sociais (MOREIRA, 2019, s/p) para aprender ou aplicar a CNV, o que movimenta para uma transformação do próprio uso da técnica. Este reconhecimento de que os privilégios não são iguais a todas as pessoas (HOOKS, 2010, p. 20) se estende à técnica quando se volta para o ensinamento das bases da CNV e seus 4 princípios: observação, sentimentos, necessidades e pedidos em suas bases de empatia, compaixão e compaixividade.

Rosenberg (2006) propõe que para não ocorrer violência é importante, por primeiro, observar o que/quem está ao redor, prestando atenção no que está acontecendo, mas sem julgar ou avaliar a pessoa ou a situação; o segundo é procurar entender os próprios sentimentos, podendo aceitá-los e acolhê-los; o terceiro é sobre necessidades em que se dá importância ao que a pessoa quer e gostaria, sendo a valorização do que é importante para cada um e buscar por isso; o quarto é a realização de pedidos, ou seja, pedir de forma clara, honesta, direta e positiva aquilo que se quer (ROSENBERG, 2006, p. 85).

Esses 4 princípios devem estar vinculados à empatia ofertada durante a aplicação, ter compaixão para com a outra pessoa e possibilitar a conexão, demonstrando interesse e disponibilidade para estabelecer uma relação compassiva após isso. Ou seja, quando Rosenberg (2006, p. 24) relaciona violência ao uso de julgamentos, ele determina ser necessário que os 4 passos sejam conectados à empatia para que a CNV aconteça. Porém, cabe a questão: será que é necessário ter empatia com todas as pessoas, mesmo que elas sejam opressoras? Será que os opressores reconhecerão que oprimidos não detém espaço para utilizar a CNV?

A análise interseccional da aplicação dos 4 princípios e suas bases pode ser tida como um privilégio de raça, classe e gênero quando, por exemplo, reconhecimento de sentimentos (ROSENBERG, 2019b, p. 82) é um



privilégio (DAVIS, 2016, p. 20). Haja vista que quem trabalha, quem é oprimido e explorado não tem o privilégio de reconhecer e aceitar seus sentimentos, sem com isso extrapolar a própria estrutura de exploração e opressão na qual vive (MOREIRA, 2019). Esta técnica promulga a utilização de autossatisfação e traz a frase “buscar satisfazer as necessidades de todos” (ROSENBERG, 2019a, p. 32), excluindo as diferenças sócio-histórico-culturais das pessoas. Ou seja, as necessidades de todos não serão atendidas. Um exemplo está no livro *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis, no capítulo 4, “Racismo no Movimento Sufragista Feminino” (DAVIS, 2016, pp. 83-96), quando ela apresenta a historicidade do voto universal para pessoas negras nos Estados Unidos da América, quando mulheres brancas obtiveram este direito e as mulheres negras, não.

Os autores articulam que o privilégio de praticar um dos princípios da CNV advém do objetivo pelo qual se é propagada esta técnica dentro do sistema capitalista: quando pessoas oprimidas aprendem a CNV e a praticam juntamente a um sistema violento, isso não se torna uma ferramenta de combate à violência, mas uma influenciadora na sua propagação. A ausência de espaços, reconhecimento e possibilidades favorece que essa técnica seja fomentadora de violência, de forma que quem a pratica continua a ser vista como um objeto em vez de sujeito, segundo a obra de Paulo Freire (2011, p. 26). O tornar-se sujeito necessitado movimento de deixar de ser objeto ao reconhecer as lacunas ao executar os princípios da CNV, posto que estes promovem a continuidade de dominação colonialista na sociedade.

Os princípios da CNV poderão ser executados sem violência se reconhecermos que quando se faz parte de uma população oprimida, a quem é negado o privilégio de reconhecer os sentimentos, por estar à margem do sistema capitalista. Por estar vinculado à libertação dos sujeitos, o reconhecimento de si e de seus sentimentos pode contribuir para uma revolução do sistema (FREIRE, 2015, p. 19). Assim, este movimento auxilia na crítica, segundo a qual, a CNV pode ser uma ferramenta para



moldar/determinar/sugerir/impôr de como o oprimido deve se comunicar com o opressor. Neste caminho, as próximas páginas dedicar-se-ão à importância de analisar como a CNV se dá dentro dos sistemas de raça, classe e gênero para que esta técnica seja repensada.

COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA E O SISTEMA DE RAÇAS

Os privilégios se interseccionam e, para fins acadêmicos, foi escolhido analisá-los separadamente. Todavia, em realidades, não é possível desvincular e analisar situações cotidianas isolando raça, classe e gênero. Desta forma, nesta parte do artigo, será analisada a posição social branca de Marshall B. Rosenberg e a promoção da técnica da CNV.

Analisar as relações raciais e a CNV inclui trazer a estrutura onde esta técnica foi criada. Rosenberg, pelo sistema racial estadunidense, poderia ser considerado como uma pessoa branca, assim como no sistema de identificação racial brasileiro, e provinha de privilégios que outras raças não possuem.

Ao considerar Rosenberg como uma pessoa branca, trazemos Angela Davis (2016, p. 26) que fala sobre a história da estrutura de privilégios sociais norte-americana, quando o homem branco configura a supremacia branca e masculina e a partir dali há possibilidades de concretização de como querem governar, organizar e moldar a sociedade. O vislumbre de reconhecer os privilégios do homem branco dentro de um sistema que intensifica, favorece e influencia (HOOKS, 2021a, p. 28) a perspectiva de que a técnica de Rosenberg não foi feita para incluir outras raças, mesmo que, segundo o autor, a própria técnica pode ser aplicada e utilizada por qualquer pessoa (ROSENBERG, 2006, p. 24).

Analisar a CNV dentro das relações raciais é considerar que, ao ser aplicada por pessoas brancas em pessoas negras, pode perpetuar o mesmo sistema colonialista, devido ao fato de não existir um número considerável de



facilitadores negros e negras de CNV mundialmente. Almeida (2020) apresenta a seguinte crítica:

Percebam que há aqui não uma crítica e um distanciamento dos métodos de empatia, escuta, igualdade, fraternidade, matriarcado, acolhimento, mediação de conflitos e tantos outros conceitos e processos populares tão antigos e anteriores à CNV. Não se trata de criticar quem escolhe “ter a CNV” como estilo ou princípio de vida, mas o cuidado está, como “ensina a própria CNV”, no olhar — com afastamento — para a própria construção desse método. (ALMEIDA, 2020).

O cuidado em como se ensina a CNV pode conservar a mesma ideia do período escravocrata que negros eram vistos como escravos (HOOKS, 2020, p. 108), e que ideias raciais continuam mantendo a superioridade e inferioridade das pessoas por conta de suas origens e fenótipos, promovendo a constituição do capitalismo e neoliberalismo no país (HARVEY, 2005, p. 99), além da perenização do colonialismo.

Aqui se coloca um exemplo retirado do livro *A Linguagem de Paz em um mundo de conflitos*, no capítulo “Gangues e outras estruturas de dominação” (ROSENBERG, 2005/2019a, p. 116) no subtítulo “Trabalhando com gangues em guetos” (p. 123), quando Rosenberg expõe um exemplo referente a quando vai ensinar CNV a uma comunidade negra em St. Louis, EUA, e um homem negro o questiona o porquê de estar ali afirmando que as pessoas daquela comunidade sabem se comunicar (ROSENBERG, 2019a, p. 123). Neste exemplo, o intuito não é assinalar como Marshall lidou com a situação, mas apresentar dois momentos vivenciados por este homem negro considerados racistas feitos.

O primeiro momento é a diferença de Rosenberg ao se conectar à CNV e mudar a postura de como estava respondendo ao homem negro, e o segundo se refere ao seu comentário ao terminar a conversa com a comunidade: “Logo mais, já havia escurecido e eu fui andando até o meu carro. Para uma pessoa branca, isso é sempre um pouco arriscado naquele bairro. Foi quando ouvi 'Rosenberg' e pensei: 'Ai, acho que demorei demais’”. Ambas as situações são considerados racistas. Primeiramente, por que,



supostamente antes de recorrer à CNV, ele discute com o homem negro – “Já tinha ouvido coisas similares e eu não estava de bom humor naquele dia, por isso, em vez de pôr em prática meus ensinamentos, comecei a discutir com ele.” – e, por fim, ao afirmar que é perigoso para pessoas brancas estarem naquele ambiente.

Pode ficar o questionamento: se a Comunicação Não-Violenta é para todas as pessoas se conectarem consigo mesmas e com outras, qual o motivo de Rosenberg ensinar CNV e depois ter medo de uma pessoa negra o abordar num bairro negro de St. Louis? Ao final deste exemplo no livro, o homem negro queria conversar e agradecer pelos feitos de Rosenberg. Isso porém, não exige a CNV de ter sido usada como ferramenta racista vindo de um homem com atitudes racistas e que cultiva o privilégio branco.

Apresentar a CNV como uma ferramenta da branquitude serve para romper com a promoção do privilégio de pessoas brancas, resultante do racismo, e do sofrimento daqueles que são vítimas de uma sociedade racista (RIBEIRO, 2021). Haja vista que as relações de poder intrínsecas ao sistema colonialista devem ser revistas, analisar que a CNV se torna colonialista é também trazer a crítica de que não se nomeia vidas oprimidas (BUTLER, 2015, p. 84), ou seja, nem todas as vidas foram construídas para importar, segundo Butler (2015, p. 85) e, justamente por isso é mister decolonizar essa ferramenta para, assim, considerar a realidade dentro da interseccionalidade.

Falar em interseccionalidade envolve o que Kimberlé Crenshaw, em 1989, escreveu em sua tese de doutorado de forma clara e pioneira este conceito:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não



podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis. (CRENSHAW, 1989 *apud* RIBEIRO, 2018, p. 84).

O método de CNV não inclui as realidades de populações oprimidas para além dos exemplos de *workshops*, lutas de gangues e/ou tribos, como seria uma pessoa negra que utiliza dos 4 princípios ou das bases da CNV, etc; em outras palavras, não trazem exemplos de como seria pessoas marginalizadas utilizando da CNV. Pensar em como uma pessoa negra falaria em um ambiente de trabalho com autoridades falando sobre seus sentimentos, poderia não resultar da mesma forma que uma pessoa branca privilegiada em sua classe, gênero e raça. A pessoa negra poderia, inclusive, ser demitida. Isso por falar o mínimo, pois a taxa de genocídio do povo negro em está em torno de 94% do total de homicídios no ano de 2021 (ADUFS, 2022) e, em muitos espaços não há a possibilidade de demonstrar seus sentimentos e vulnerabilidade sem ser violentado posteriormente. Desta forma, a importância de se tratar que a CNV peca em não incluir e pensar sua aplicação de forma interseccional, promove o sistema colonialista e racista vistos na sociedade.

Outro exemplo a ser trazido para demonstrar como a CNV promove o sistema racista é quando o autor fala sobre a raiva. A raiva é trazida junto de outros sentimentos, como frustração, irritabilidade, descontentamento, etc, como se representasse um acúmulo de sentimentos desconfortáveis e, com isso, geraria a raiva. Segundo Rosenberg (2019b, p. 129) a expressão da raiva deve ocorrer reconhecendo suas necessidades não atendidas e os sentimentos vinculados a isso, mas ignora o potencial da raiva como uma energia destrutiva que pode ser liberada e utilizada para promoção de revoluções, por exemplo.

Trazemos Audre Lorde (2019) em seu livro *Irmã Outsider* no capítulo “Os usos das raivas: as mulheres reagem ao racismo”, que coloca: “A raiva é uma reação apropriada a atitudes racistas, assim como a fúria quando as ações decorrentes dessas atitudes não mudam.” (LORDE, 2019, p. 148). Ademais, não deve-se ignorar o potencial da raiva para revoluções, pois esta



é a reação contra à exclusão, privilégios não questionados, distorções raciais, do silenciamento, violência e do mau julgamento, segundo Lorde 2019, p. 141).

A expressão da raiva por pessoas negras pode ser vista como agressiva, vinculada ao que dito anteriormente em que se não faz parte da Comunicação Não-Violenta, é violento. Segundo Rosenberg (2019b), para além da expressão da raiva “(...) ver o que está acontecendo dentro de nós quando ficamos furiosos, ser capazes de chegar à necessidade que está na raiz dessa emoção e então atendê-la.” (Rosenberg, 2019b, p. 123).

Atender aos estímulos que a raiva promove é justamente reconhecer os percalços do sistema racista e capitalista, que é feito para afunilar e tornar pessoas negras alvos de genocídio e violência em sociedade (CARNEIRO & BROWN, 2022). Considerar que apenas a expressão de seus sentimentos pode auxiliar em melhorar conflitos, não auxilia no sistema capitalista em que dá ao opressor uma arma de legitimação do uso da não violência para aplacar os ânimos de quem legitimamente está sendo oprimido (FREIRE, 2011, p. 25), mas auxilia na continuação do colonialismo e a CNV acaba por ser uma ferramenta racista.

COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA E O SISTEMA DE GÊNERO

Tratando-se de uma pessoa com privilégios de gênero advindos do sistema patriarcal, existe a probabilidade maior de sua teoria e técnica serem bem-vindos para aplicações em diversas áreas da sociedade. Essas teorias e técnicas permeiam como observamos, entendemos e percebemos o mundo e as realidades e, a CNV, se insere dentro de uma das ciências emblemáticas da história: a Psicologia. Ao trazer esses privilégios para dentro da Psicologia de forma a agregar técnicas para analisar comportamentos humanos e categorizar se são comportamentos julgadores ou não, exclui a possibilidade de questionar o motivo de estar-se aplicando a técnica por uma pessoa privilegiada e a continuidade da promoção deste sistema de privilégios.



Dentro da Psicologia, são poucas abordagens teóricas e técnicas conhecidas que foram desenvolvidas por pessoas marginalizadas e oprimidas, como mulheres, população LGBTQIA+, indígenas, pessoas com deficiência e outras, e são maioritariamente conhecidas e desenvolvidas por pessoas com privilégios dentro do sistema de raça, classe e gênero. Desta forma, a ausência de ciências desenvolvidas por populações marginalizadas deveria ser uma pauta a qual deve ser questionada primeiramente antes de aplicar outra técnica desenvolvida por um homem branco – exemplos de homens mundialmente conhecidos são Sigmund Freud, Carl G. Jung, B.F. Skinner, Carl R. Rogers, etc.

A crítica também serve para questionar quando Rosenberg descreve em seus livros *Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos profissionais e pessoais* (2003/2006) e *A Linguagem de Paz em um Mundo de Conflitos* (2005/2019a) situações em que mulheres foram alvos de violências sexuais e, com a utilização da CNV, foi possível contornar a situação. Porém, não há a análise do contexto em que as mulheres estavam e suas condições para aplicar tal técnica.

No primeiro livro, esta primeira situação acontece no capítulo “O Poder da Empatia” no subtítulo “Usando a empatia para afastar o perigo” (pp. 202-208) e o autor comenta que a abordagem da mulher naquela situação ainda poderia ter sido diferente. A forma como ela agiu e falou com o autor da violência poderia ter sido ainda mais pautada na CNV para identificar as necessidades e sentimentos do autor da violência.

Faz-se importante o trabalho com autores de violência além de trabalhos com vítimas de violência, porém a forma como Rosenberg (2003/2006) descreve suas ações, coloca novamente a mulher em uma posição de responsabilidade de não ter manejado a situação com mais propriedade da Comunicação Não-Violenta. Isto é retornar ao momento da violência e cobrar a vítima a se defender e agir, mesmo que haja dados e relatos de mulheres que se sentem impossibilitadas, “travadas”, sem reações



diante de situações de violência. Isso também é uma forma de violência chamada de culpabilização da vítima, que parte da sociedade que normaliza relações de violência contra mulheres (LINHARES et al., 2022, p. 87). São situações assim, por exemplo, que permitem a sugestão de recursos legais como “estupro culposo”, como no caso de Mariana Ferrer em 2020 no Brasil (FERNANDES & SILVA, 2021, s/p).

No segundo relato, foi livro *A Linguagem de Paz em um Mundo de Conflitos* (2005/2019a), no capítulo 5 “Conectando-se empaticamente com os outros” de subtítulo “Reagindo às mensagens dos outros” (p. 95), quando duas mulheres foram desaprovadas por suas vestimentas em uma comunidade na Argélia, uma delas foi arrastada pela traseira de um carro até sua morte e a outra foi violentada sexualmente em frente aos seus pais, tendo esta que fugir para a Suíça para evitar sua morte. Rosenberg foi chamado para promover uma conversa em que interpretaria o papel do extremista religioso que mandou matar ambas as mulheres. Promover uma representação de papéis de um caso violento e revisitando ao momento, cumpre um dos intuitos da CNV da conexão empática com a outra pessoa. Porém, quando Rosenberg se coloca no papel do extremista religioso e expõe o que ele poderia estar sentindo e necessitando para mandar matar duas mulheres por conta da vestimenta, isso pode ser uma falsa empatia, pois desconsiderou o cenário e estruturas os quais o extremismo atravessa. A forma como Rosenberg propôs a intervenção foi de mascarar uma violência estrutural direta com a vítima fazendo-a rever como o extremista se sentia e necessitava. Potencialmente, isso oferece o arriscado movimento de justificar a violência com o sentimento do violentador.

De certa forma, além de mascarar a violência da vítima, essa ação promove o silenciamento da experiência como foi para a vítima dessa situação. Ao final deste caso relatado por Rosenberg (2019a), ele afirma que houve uma “cura” para a mulher que aconteceu após a representação de papel, pois foi possível conectar-se empaticamente com o autor de violência



e consigo mesma. Relacionar que para haver cura diante da violência precisa revisitar os momentos é, possivelmente, uma prática que gera mais violência quando se coloca na obrigatoriedade de empatia da vítima com o agente da violência, além de silenciar como a vítima estava vivenciando a situação: no relato em questão é sentir raiva e querer violentar fisicamente a pessoa, como expressão de como estava naquele momento e, talvez, como a possibilidade do momento. Excluir que a pessoa se expresse, libere seus sentimentos, mas a coloque numa situação de reconhecimento e nomeação em situações de violência extingue a possibilidade de acolhimento à vítima, mas a coloca novamente na posição de enfrentar o problema, como se precisasse superar aquele momento vivenciado, para o benefício do agente da violência.

Diante desse assunto, a CNV promove o discurso de superação juntamente do reconhecimento de sentimentos e necessidades para que possa falar e desenvolver seu vocabulário comunicativo individual, assim promovendo a buscar falar sobre como experienciar cada momento. Em seu livro *Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos profissionais e pessoais* (2003/2006), Rosenberg apresenta tabelas em como reconhecer os sentimentos e o cuidado a ser tomado para não confundi-los com julgamentos (ROSENBERG, 2006, p. 45). Por exemplo, para reconhecer os sentimentos precisa falar sobre si em vez de falar sobre o que interpretou do comportamento de outra pessoa. Por um lado, isso é importante, mas também a relação com a outra pessoa possibilita que se identifique o que reverbera no interlocutor e no receptor (ROGERS, 2009, p. 21). Rosenberg (2019b, p. 82) apresenta que julgamentos podem ser ferramentas para o reconhecimento às necessidades, ao mesmo tempo que afirma que são o cerne da violência no planeta (2005, p. 34).

As perspectivas acerca dos julgamentos de Rosenberg permeiam um espaço de paradoxo quando se deve tomar o cuidado para julgar ao mesmo tempo que não promove discussões sobre os julgamentos estruturais, ou chamados de estereótipos sociais direcionados às populações



marginalizadas. O autor apresenta um exemplo sobre mulheres não poderem falar sobre seus sentimentos devido à ausência de espaços, mas em exemplos de seu livro *A Linguagem de Paz em um Mundo de Conflitos* (2005/2019a) e *Vivendo a Comunicação Não-Violenta* (2012/2019b) ele próprio julga como as mulheres interpretam como os homens estão falando. A maioria de seus exemplos em *workshops* são de casais nos quais as mulheres não compreenderam as necessidades dos companheiros e Rosenberg as ensina. Isso retorna ao que fora comentado anteriormente do questionamento em se aplicar técnicas desenvolvidas por homens e, com o acréscimo: com qual finalidade?

A forma como o autor explica e ensina as mulheres a serem mais compreensivas e a expressarem melhores seus sentimentos e necessidades frente aos companheiros, filhos, colegas promove um discurso sexista de que as mulheres precisam aprender a falar de forma não-violenta para que os homens as entendam. Por exemplo, há cerca de 20 exemplos sobre em seu livro *Vivendo a Comunicação Não-Violenta* (2019b) deste tópico, e nessa maioria, os homens entendem, as necessidades e sentimentos das mulheres, porém sempre tem uma mulher envolvida no processo contando sua experiência, para ocorrer o entendimento dos companheiros.

O discurso sexista continua o sistema de dominação através do gênero (HOOKS, 2021a, p. 24) e, conseqüentemente, a promoção de violência. O cuidado devido ao se usar tal técnica é justamente para evitar a utilização de artifícios para silenciamento de populações marginalizadas. Em concordância ao que foi dito anteriormente, pela CNV ser propagada por opressores, na presente revisão de literatura não foram encontrados exemplos de populações LGBTQIA+, indígenas, pessoas com deficiência e outras populações sobre como estas praticam a CNV e como foi esse processo com elas em livros de Marshall B. Rosenberg.

COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA E O SISTEMA DE CLASSES



Ao terceiro campo da interseccionalidade, as classes presentes na sociedade apresentam o que fora comentado anteriormente sobre qual classe está ensinando sobre Comunicação Não-Violenta e as ramificações geradas por esta. Em detrimento de classes de poder ensinarem a técnica, deve-se levantar as questões sobre despertencimento, segregação e humilhação para com classes inferiores.

Por nem todos estarem nas mesmas classes sociais, os autores criticam a CNV como ferramenta usada pela sociedade para impor a vontade dos opressores aos oprimidos (FREIRE, 2011, p. 27 e 94), quando esta usa uma “máscara” de humanitarismo ou falsa generosidade, levantada por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (pp. 16-17). Assim, faz com que os oprimidos acreditem que opressores expressam “interesse” (ROSENBERG, 2006, p. 22) ao escutar seus sentimentos e possuem conexão empática (ROSENBERG, 2019b, p. 92) com estes. Esta ferramenta tem uma relação direta às relações de poder (FOUCAULT, 1999, p. 29) podendo servir de base à CNV dentro do contexto neoliberal de dominação às classes oprimidas.

Ao a CNV ser ensinada por pessoas de classes dominantes estas se abstém de preocupação em continuar dominando oprimidos, o que pode ser uma reafirmação do pensamento de subordinação de que oprimidos não pertencem à classe dominante e são subordinados a ela. Dito isso, a ausência de consciência para deixarem de ser oprimidos promove “o rebaixamento moral que afeta o bem-estar psicológico e físico, atinge o amor-próprio e viola os princípios de respeito e de dignidade humana” (LOPREATO, 2005, p. 248), como se aceitassem a violência imposta, pois é esta a realidade conhecida para eles (HOOKS, 2021b, p. 63). Ensinar ou aplicar a CNV em oprimidos é estar constantemente emergindo sentimentos que podem ser usados para ferramentas de humilhação, segregação, violência pelas classes dominantes, impedindo oprimidos de combaterem esta dominação – também argumentado pela falsa generosidade que Paulo Freire comenta.



Tão logo, a proposta da CNV é realizada em sua maioria em sociedades hierárquicas e liberais em que, mesmo que a própria ferramenta procure buscar qualidade nas relações humanas, ela é uma ferramenta de propagação dessa violência quando não é acessível à todas às classes sociais – se tornando, portanto, uma ferramenta utilizada para dominação da classe oprimida. Outros exemplos de como isto está presente na obra de Rosenberg são nas diversas instituições organizadas (por exemplo, escola, trabalho, presídios, etc) e, coincidentemente, Rosenberg se utilizou da técnica da CNV para aplacar situações de violência nestas instituições – exemplos destes efeitos podem ser encontrados nos livros: *Comunicação Não Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais* (2003/2006) e *A linguagem da paz em um mundo de conflitos: sua próxima fala mudará seu mundo*. Isto quer dizer que apesar de o autor ter se utilizado da CNV, ela mantém a hierarquia e estrutura dominante, sem extrapolar o sistema. Ou seja, ele mantém a hierarquia, num formato vertical (FORSTER, 2005 *apud* DECCA, 2005, p. 96) e, não, horizontal de forma a tornar uma ferramenta de entendimento da realidade da outra pessoa, a passar a incluí-la ou a auxiliar os oprimidos a se reconhecerem nessa posição.

Decca (2005) corrobora com o escrito anterior, quando sinaliza que instituições podem ser meios de humilhação [e opressão] às pessoas e há necessidade de atenção a isso – para também se libertarem das mesmas. A tomada de consciência envolve o reconhecimento da própria opressão (FREIRE, 2011, pp. 9-10) e de sua liberdade, para que se mova para o desenvolvimento da própria autonomia, segundo Freire (2011, p. 18). Todavia, as opressões podem provocar um empobrecimento subjetivo (HAROCHE, 2005, p. 35) e estendem-se para quaisquer condições de existência na contemporaneidade, levando ao enfraquecimento dos laços sociais e desaguamento nos sentimentos de impotência e humilhação. Isto posto, Haroche (2005, p. 35) aponta que esse enfraquecimento faz o ser humano ficar à mercê das próprias amarras e alienações presentes na sociedade, implicadoras deste processo de humilhação e violência, assim como Paulo



Freire complementa em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (2011, p. 18), dificultando o reconhecimento da própria colonização e, conseqüentemente, da CNV como essa ferramenta colonizadora.

Dentro deste viés interseccional, quando uma técnica de não violência promulga exclusão de pessoas sem acesso à mesma, segregação das formas de comunicação entre violento ou não violento e invisibilidade, impedindo as pessoas oprimidas de se expressarem, deveria desencorajar a continuidade de ensino da mesma. Porém, o processo é inverso, justamente pela falta de quebrar as amarras de dominação e colonização. Desta forma, a sociedade capitalista e colonialista valoriza o contínuo encorajamento desta técnica para que pessoas dominantes ensinem pessoas oprimidas para “expressarem seus sentimentos e necessidades para que as pessoas passem a te valorizar” (ROSENBERG, 2006, p. 74), numa falsa generosidade e manutenção do sistema colonizador.

Desse modo, quando se ensina uma técnica de não-violência dentro de um sistema capitalista, não há a reciprocidade nas relações. Rosenberg (2006) expõe um escrito que corrobora à esta reflexão quando: “Quanto mais empatia tivermos com relação ao que os leva a se comportarem de maneira que não atenda a nossas necessidades, mais provável será que eles consigam dar reciprocidade mais tarde” (ROSENBERG, 2006, p. 159). Ou seja, a falsa generosidade e faz com que surja uma manipulação de que a necessidade do opressor seja atendida pelo oprimido. A CNV não apresenta reciprocidade ao considerar que apenas se o sujeito se expressar será atendido em suas questões individuais, justamente por 1) não ser ensinado e acessível que pessoas excluídas, marginalizadas e oprimidas saibam esta técnica; e 2) caso as necessidades de quem está colonizando não sejam atendidas, pode haver maior violência do que atendê-las (FREIRE, 2011, p. 7)

Além da reciprocidade exigida, pode se notar que a CNV é insuficiente para trabalhar a subjetividade humana, pois quando Haroche (2005, p. 37)



apresenta que a violência do sistema capitalista transforma a subjetividade do sujeito, provocando efeitos desestruturantes e declínio dos sentimentos, ela refuta Rosenberg (2006, p. 210) ao dizer: “é mais provável que elas recebam essa empatia se expressarem os sentimentos e necessidades que estão vivos dentro delas, em vez de recontarem histórias de injustiças e dificuldades passadas”. Falar sobre os acontecimentos violentos e humilhantes que se sofreu no passado é necessário, pois ressignifica as vivências e os sentimentos de humilhação (JANIN, 1996, p. 26 *apud* BARBOSA & KUPERMANN, 2018, p. 201). São situações traumáticas, antes sem palavras que as representassem, e que através da fala/escrita passam a sê-lo, constituindo parte da história e do próprio contexto social.

Tão logo, o sofrimento social está vinculado às formas como o sistema capitalista violenta os trabalhadores com seu sistema de produção, e aos sentimentos ocasionados a partir disto em indivíduos e coletivos (WERLANG & MENDES, 2013, p. 766). Assim, as experiências sociais que produzem sofrimento devem ser levadas em consideração, de tal modo que a realidade dos indivíduos não se torne homogênea, para sejam considerados em suas individualidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o intuito de promover novas reflexões acerca da técnica da Comunicação Não-Violenta em seu viés excludente de pessoas marginalizadas, as quais continuam a ser dominadas por seus opressores. Construir a crítica de que técnicas psicológicas desenvolvidas e promovidas por homens não-negros e de grupos dominantes é apontar que a Psicologia também adentra ao espaço de ser uma ciência excludente, não inclusiva. Vemos, assim, que a CNV faz parte de uma Psicologia que tem por base o poder e privilégios de raça, classe e gênero, que corrobora ao sistema capitalista e patriarcal, que devem ser combatidos para que novos sistemas possam construir igualdade e inclusão social para e com pessoas marginalizadas, que são a maioria dentro do sistema capitalista.



Criticar as relações de poder é promover resistência, consciência de classe e reconstrução social para que ferramentas, como a CNV, deixem de promover o privilégio de pessoas brancas e ricas, em detrimento daquelas que são vitimizadas por uma sociedade opressora (FREIRE, 2011, p. 91). É por este caminho que poderá ocorrer o processo de libertação de populações marginalizadas ao reconhecerem sua história que foi roubada e destruída pela dominação imperialista e colonialista (CÉSAIRE, 1978, p. 3), com o auxílio de práticas psicológicas.

Portanto, a CNV deve ser revista, para que deixe de ser usada como ferramenta de opressão e forma de reprimir os ânimos de quem está sendo oprimido. E que se torne possível, dentro do parâmetro em se tornar revolucionária, a ponto de dar voz aos oprimidos para deixar de o serem e assim poderem revolucionar a sociedade que os oprime. A psicologia não deve servir para retirar raiva da voz dos oprimidos, mas deve auxiliar que esse sentimento seja ouvido e compreendido como uma voz de uma revolução necessária.

REFERÊNCIAS

Autor desconhecido. **Genocídio do povo negro é uma realidade a ser combatida**. ADUFS: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Feira de Santana, 2022. Disponível em:<<https://www.adufsba.org.br/noticia/4838/genocidio-do-povo-negro-e-uma-realidade-a-ser-combatida>>. Acesso em 14 de Junho de 2022.

ALMEIDA, Nati. **Comunicação Não Violenta, mais uma teoria branca?** Lugar desconhecido, 2020. Disponível em:<<https://medium.com/@natialmsouza/comunica%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-violenta-mais-uma-teoria-branca-4fa09aaad451>>. Acesso em 01 Outubro 2021.

BARBOSA, Maria N. P. & KUPERMANN, Daniel. **Elaboração e atualidade do traumático em Primo Levi**. São Paulo: Ide, vol. 40 no. 65, 2018. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062018000100016>. Acesso em 07 de Novembro de 2021.



BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** [recurso eletrônico]. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre o colonialismo**. 1ª ed. Lisboa: Livraria Sa da Costa Editora, 1978.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECCA, Edgar S. de. A Humilhação: ação ou sentimento? In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (org). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, p. 114-6, 2005.

FERNANDES, Luis G. & SILVA, Mônica A. P. da. **O Caso Mariana Ferrer e o Estupro Culposos**. Revista Direito Penal e Processual. São Paulo: Anchieta, v. 3, n. 1, p. 55–66, 2021.

FORSTER, Susan G. Sobre a Humilhação. In: MARSON, Izabel, NAXARA, Márcia (org). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** [recurso eletrônico]. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____, Paulo. **Educação como prática da liberdade** [recurso eletrônico]. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HARVEY, David. **O NEOLIBERALISMO história e implicações** [recurso eletrônico]. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAROCHE, Claudine. Processos Psicológicos e Sociais de Humilhação: O empobrecimento do espaço interior no individualismo contemporâneo. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (org). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

HOOBS, bell. **Teaching critical thinking: practical wisdom**. United Kingdom: Routledge, 2010.

_____, bell. **Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.



_____, bell. **Olhares negros: raça e representação.** Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

_____, bell. **Ensinando Comunidade. uma pedagogia da esperança.** Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021a.

_____, bell. **Tudo sobre Amor: Novas Perspectivas.** Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021b.

LINHARES, Layanne V.; TORRES, Ana Raquel R.; & DINIZ, Fernanda C. de O. R. **“But she was drunk”: Sexual violence and Blaming the victim.** *Psicol. Conoc. Soc.* Montevideo, v. 12, n. 1, p. 81-105, 2022.

LOPREATO, Christina da S. R. O Respeito de Si mesmo: humilhação e insubmissão. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (org). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras.** Uberlândia: EDUFU, 2005.

LORDE, Audre. **Irmã OutsiderE: Ensaios e Conferências.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Mano a Mano — **Mano Brown recebe Sueli Carneiro.** [Locução de]: Mano Brown e Sueli Carneiro. [S. l.]: Mano a Mano, 26 de maio de 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrmog0RkUnCPr>. Acesso em 02 de Junho de 2022.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo** [recurso eletrônico]. 1ª ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

NICOLAU, Giovanna. & Assis, Pablo de. *Comunicação Libertadora: uma práxis anticolonial.* No prelo.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora.** São Paulo: *Serv. Soc. Soc.* n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.151>. Acesso em 01 Outubro 2021.

PENIDO, Ana. & STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém Regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Stephanie. **“A Seat At The Table” uma comunicação não violenta na perspectiva negra.** Lugar desconhecido: *Revista Capitolina*, 2017. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/a-seat-at-the-table-uma-comunicacao-nao-violenta-na-perspectiva-negra/>. Acesso em 01 Outubro 2021.



ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. 1ª ed. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Editora Ágora, 2006.

_____, Marshall B. **A linguagem da paz em um mundo de conflitos: sua próxima fala mudará seu mundo**. 3ª ed. São Paulo: Palas Athena, 2019a.

_____, Marshall B. **Vivendo a Comunicação Não-Violenta**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019b.

_____, Marshall B. **The Heart of Social Change**. United States: PuddleDancer Press, 2005.

WERLANG, Rosangela & MENDES, Jussara M. R. **Sufrimento Social**. São Paulo: Serv. Soc. Soc., n. 116, p. 743-768, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZgB7nvx4ps8DmGFvNvBYmd/?lang=pt&format=pdf#:~:text=O%20sofrimento%20social%20%C3%A9%20um,concreto%20e%20pelo%20subjetivo%20que>>. Acesso em 04 de Novembro de 2021.

